

## Crise orçamentária põe em risco o funcionamento das Ueba



Lavagem do Bonfim, em Salvador, virou palco de protestos por mais verbas para as Ueba

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pela Alba, as Ueba receberão, em 2014, cerca de R\$ 12 milhões a menos para custeio e investimento. Falta de recursos pode agravar ainda mais problemas já existentes e comprometer as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além do pagamento dos fornecedores e prestadores de serviço. [Pág. 4](#)

### A farsa do projeto do PT

Movimentos sociais colocam em xeque projeto do governo petista. [Pág. 3](#)



Samuel Tosta

### Ditadura Militar

Artigo faz uma análise da relação entre o golpe de 64 e os interesses capitalistas. [Pág. 6](#)

### Uefs em pauta

Acompanhe o que está programado para acontecer na Uefs até o mês de maio. [Pág. 7](#)

### Andes-SN e CSP Conlutas

Sindicato Nacional e Central Sindical definem agenda de lutas para 2014. [Pág. 8](#)

## ASSEMBLEIA

**PAUTA: informes; avaliação da negociação; indicativo de greve; o que ocorrer.**

**08 DE ABRIL - 16h30 - AUDITÓRIO 3 - MÓDULO IV**

# Unificar a classe trabalhadora para os desafios de 2014

O ano de 2014 se inicia com uma grande expectativa em torno das lutas e desafios que estão postos para a classe trabalhadora brasileira. De um lado, a tentativa dos governos em encobrir suas políticas econômicas que privilegiam o capital, empresários e banqueiros. De outro, a grande maioria da população sentindo no cotidiano os efeitos perversos dessa prática, que secundariza as políticas sociais, aumenta a exploração e agudiza a situação de precarização da classe trabalhadora. Ano passado, o aumento da tarifa do transporte público culminou em grandes protestos e uniu diversas categorias de trabalhadores. A possibilidade, no presente, de grandes embates poderá se concretizar, já que nenhuma manobra dos governos é capaz de encobrir os privilégios dados aos monopólios internacionais, o arrocho salarial sobre os trabalhadores, a mercantilização da educação, a criminalização da pobreza, o genocídio da população da periferia, os prejuízos sociais oriundos da Copa do Mundo, dentre outros problemas.

Nesta edição, analisando a conjuntura, o leitor acompanhará que agora, com a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, a situação pode se repetir e novamente levar a população às ruas. Ao utilizar a mídia para criminalizar os movimentos populares e justificar a violência policial, o governo quer pavimentar sua proposta de construção de um plebiscito popular por uma constituinte exclusiva do sistema político.

Especialmente em relação às Universidades estaduais, o Jornal 26 da Adufs faz uma análise de como o projeto político do governo Wagner para a educação vem ferindo a autonomia das Ueba, empurrando as instituições à crise, desrespeitando os direitos garantidos por lei aos docentes e técnico-administrativos e comprometendo a qualidade do trabalho acadêmico. Além da redução dos recursos para custeio e investimento, já amplamente denunciado pelo Movimento Docente, o governo recusa-se a aumentar o quadro docente e, até o fechamento dessa edição, não

havia anunciado o reajuste linear devido ao funcionalismo público.

Na pauta, também, um assunto de fundamental importância para a sociedade brasileira. O mês de abril marca os 50 anos da ditadura militar e, como não podia deixar de ser, é preciso um balanço histórico e uma reflexão sobre suas consequências, passadas e presentes. Nessa perspectiva, publicamos o texto do professor da Ufrj, Demian Bezerra de Melo, veiculado na Re-vista Verdade, Justiça e Memória, sobre o golpe de 1964. Temos ainda a Agenda Uefs, com os eventos programados para os próximos dois meses. Por fim, as principais notícias relacionadas ao Sindicato Nacional e à CSP Conlutas, aos quais a Adufs é filiada.

O que se apresenta aqui para a leitura são reflexões e informações de interesse da categoria, da qual continuamos aguardando sugestões e críticas para que a diretoria da Adufs e a assessoria de comunicação possam aprimorar o nosso Jornal, tornando-o cada vez mais atrativo.

## Estatuante é tema de Aula Magna na Uefs

A abertura do semestre letivo da Uefs foi marcada pela Aula Magna do professor Ciro Teixeira Correia, que proferiu a palestra *Estatuante e Democracia nas Universidades Públicas*, no dia 10 de março. A escolha do tema deveu-se ao processo Estatuinte instalado na Uefs desde 2009 e cujo congresso está previsto para acontecer no mês de setembro, segundo a Comissão Geral que já concluiu a elaboração da proposta a ser apreciada pelos delegados e delegadas que representarão as categorias. A Estatuinte tem por objetivo elaborar o novo Estatuto, bem como definir a estrutura e o funcionamento da instituição.

O professor Edson do Espírito Santo, que representou a Adufs na Mesa, afirmou que a Estatuinte é o momento propício de reafirmação do princípio de autonomia universitária. O diretor da Associação também convocou os estudantes à luta em defesa da Educação Pública e reafirmou a reivindicação do Movimento Docente por mais verbas para as universidades com a destinação de, no mínimo, 7% da Receita Líquida de Impostos

(RLI) para as instituições.

Ciro Correia, ex-diretor do Andes SN e da Adusp, expôs sua experiência na luta pela democracia nas universidades públicas e disse que o processo Estatuinte na Uefs é um bom exemplo, principalmente por ter o respaldo das três categorias que compõem a comunidade acadêmica na construção do novo Estatuto. "Na maioria das universidades brasileiras funciona uma estrutura de poder autocrática, distanciada de qualquer critério representativo mais amplo", afirmou.

Segundo o professor Washington Moura, membro da Mesa Diretora da Comissão Geral, "a proposta do Estatuto da Uefs foi bastante discutida e aprovada no âmbito da Comissão Geral. O documento será amplamente divulgado e submetido para aprovação no Congresso Estatuinte".

Durante a Aula Magna foi distribuído um panfleto aos presentes. O documento resgata a história do processo Estatuinte na Uefs e, ao mesmo tempo, reforça o convite à comunidade para participação da construção do novo Estatuto.

## Adufs participa de seminário sobre o Dia Internacional da Mulher

A educação e o papel da escola na construção das identidades de gênero foram utilizados para discutir o dia 8 de Março na Uefs. Mesas redondas, filme e atividades educativas abordaram assuntos como a Lei Maria da Penha, a importância da escola na identificação e intervenção na violência doméstica e a problemática atual da violência contra a mulher na região de Feira de Santana. A programação fez parte do *III Seminário A Educação no enfrentamento da violência contra a mulher*, ocorrido no dia 12.

O Seminário foi realizado pelo Coletivo de Mulheres de Feira de Santana (Comu) e pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Relação de Gênero da Uefs (Mulieribus), com o apoio da Adufs. A diretora Larissa Pacheco, que compôs a mesa de abertura do evento, considera que o movimento de mulheres deve se apropriar também da luta dos outros movimentos sociais, como forma de ampliar os mecanismos de diálogo com as reivindicações dos trabalhadores em geral. "O Estado não dá prioridade às reivindicações populares, por isso é importante conhecer as políticas dos governos para o transporte público, a educação e a saúde, por exemplo, para entender que muitos projetos são inviabilizados em função da má aplicação dos recursos orçamentários", disse.

## Lavagem do Bonfim vira palco de protesto

Os professores das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba) foram às ruas durante a tradicional Lavagem do Bonfim, dia 16 de janeiro, protestar contra o estrangulamento orçamentário imposto pelo governo Wagner às instituições.

Estudantes, técnico-administrativos e representantes da Central Sindical e Popular (CSP Conlutas) endossaram o cortejo, que além do aspecto

religioso, reúne manifestações políticas de diversos movimentos sociais. Faixas, cartazes, bandeiras, pirulitos e camisas denunciando o arrocho orçamentário contribuíram para que o protesto chamasse ainda mais a atenção na caminhada até a Colina Sagrada.

Durante todo o cortejo, foi constante o apoio da população à luta da categoria.



ADUFS SEÇÃO SINDICAL – ANDES/SN  
BR 1 16 - Km 03, Campus Universitário, MT 45  
CEP . 44031-460 - Feira de Santana - BA.  
Fone: (75) 3161-8072 - elefax: (75) 3224-3368  
www.aduufsba.org.br  
aduufs@uefs.br ou aduufsba@yahoo.com.br

**Coordenação Geral**  
Elson Moura Dias Júnior  
Emmanuel Oguri Freitas

**Suplente**  
Maslowa I. C. Freitas

**Secretaria Geral**  
Ana Jaqueline Santiago Carneiro  
Edson Espírito Santo Filho

**Suplente**  
Larissa Penelu B. Pacheco

**Secretaria de Finanças**  
Antonio Rosevaldo Ferreira da Silva  
Francisco José B. Souto

**Suplente**  
Acácia Batista Dias

**Conselho Fiscal**  
Haroldo Gonçalves Benatti  
Sandra Nívia s. de Oliveira  
Caroline Vasconcelos Ribeiro

**Suplente**  
Rafael Rodas Vera Filho  
Balmukund Niljay Patel  
Franz Peter A. Faria

**Jornalista responsável**  
Amini Dórea (DRT-BA: 2285)

**Estagiário**  
Edimilton Santos

**Tiragem**  
1.200 Exemplares

**Fotos** Adufs

**Diagramação**  
apronto  
comunicação

# Acirramento da luta desmascara as contradições do governo petista



Samuel Tosta

Manifestações populares são constantemente reprimidas pela força do Estado

As manifestações de junho do ano passado e todas que se seguiram posteriormente, até as mais recentes, não foram e não são “raios em céu de brigadeiro”, mas já se engendravam anteriormente como expressão da indignação da população contra o projeto falacioso do governo petista e de toda a base de apoio e de seus pretensos críticos à direita. Parece-nos que nunca tivemos dados tão significativos para apontar possíveis cenários de luta para os quais o Movimento Docente será convocado a participar. Temos a impressão que não se tratam de fatos isolados, mas de acontecimentos que têm o poder de alterar, em maior ou menor medida, a conjuntura.

Quatro fatos interligados podem projetar a conjuntura que se avizinha: a morte do cinegrafista ferido por um rojão em uma manifestação no Rio de Janeiro; a repressão violenta e a criminalização dos movimentos sociais; e a continuidade da insatisfação popular com as políticas públicas no contraponto das prioridades do governo em privilegiar os interesses dos grandes empresários e banqueiros. Por fim, a tentativa de pulverizar e neutralizar os protestos e as manifestações, em suas mais variadas formas e intensidades, com a proposta de um “plebiscito popular” para uma “reforma política”: sem dúvida, uma cortina de fumaça defendida pelos setores governistas e seus críticos à direita.

Em tempos em que o Banco Itaú anuncia que seu lucro em 2013 foi de R\$ 15,7 bilhões - o maior da história dos bancos no Brasil -; em que a revista Forbes lança uma nova lista de bilionários, na qual o número de brasileiros passa de 46 para 65 e, “do outro lado da moeda”, os governos federal e estadual anunciam contingenciamento de bilhões de reais para garantir o pagamento da dívida pública, mantendo a prioridade da política do superávit primário, o cenário é muito propício ao desmascaramento das contradições.

A morte do cinegrafista veio a calhar para que o “governo democrático”, a título de defender a sua “democracia”, resgaste leis e

ações que nos recordam, e muito, o tempo da ditadura militar. Com uma nova (!) legislação e novas (!) táticas militares querem enfrentar os protestos e as manifestações de rua reprimindo-as e elegendo alguns dos seus participantes para incriminá-los como “bandidos sociais”, a exemplo dos dois jovens responsabilizados pela fatalidade - qualquer um, inclusive os dois jovens, poderia ser atingido pelo rojão. Mas, para exemplificar o que acontece quando se extrapola o limite da “democracia” deles, é preciso bater, multar, demitir e prender.

Essa é a face mais espetacularizada da repressão: aquela que pune exemplarmente os “excessos”. Entretanto, exageros e abusos vêm ocorrendo mesmo, e há muito, é por parte do Estado, diuturnamente. Basta analisar os dados da violência policial em nosso país nos últimos anos: detenções ilegais, execuções extrajudiciais, genocídio da população negra e indígena, bem como a repressão violenta aos protestos que têm se multiplicado nas ocupações rurais e urbanas, favelas e periferias.

Aproveitando-se da comoção com a morte do cinegrafista, o Congresso Nacional se adianta em propor novas leis que combatam os chamados crimes de “terrorismo” e “desordem”, a exemplo do PL 499/2013, que ficou conhecido como Projeto de Lei antiterrorismo. Perigosíssimo, pois se constitui em um conjunto de artigos que deixam em aberto o

entendimento de “terrorismo” e que pretendem intimidar os manifestantes a irem às ruas. É nesse contexto que a classe trabalhadora vai enfrentar os desafios da luta por seus interesses imediatos e históricos. Denunciando a política governista em manter as condições para a exploração capitalista e, ao mesmo tempo, garantir pela força e pela lei o seu silêncio. Assim, se desmascara a contradição: discurso democrático, mas até onde ele garante a hegemonia e a dominação. Nesse sentido, o governo do PT e de sua base aliada se assemelha aos que lhe antecederam: um país sem pobreza absoluta, mas no limite em que o trabalhador se torne um consumidor satisfeito apenas com as migalhas que lhe jogam.

A situação objetiva de carência de condições dignas de vida e trabalho e a percepção subjetiva de uma “cidadania de segunda” poderão potencializar os protestos. Os efeitos da agudização da crise capitalista, com mais arrocho salarial, retirada de direitos e a substituição das políticas sociais protetivas pelo assistencialismo barato, a exemplo do Bolsa Família, são alguns fatores que alavancarão as lutas. A Copa servirá, como já vem servindo, de gatilho para disparar as manifestações. Os confrontos não poderão ser evitados.

É de se esperar que a proposta do “plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político” não consiga abafar as manifestações nem cooptar, bem ao estilo petista, boa parte dos movimentos sociais e populares. Os rumos de um Plebiscito, previsto para setembro de 2014, parecem não muitos claros inclusive para os que o propõem. O que nos leva a suspeitar da vontade de criar uma cortina de fumaça diante daquilo que esteve nas ruas em 2013, bem como da não muito boa estratégia de rodar a roda da história para trás. Ademais, é muito estranho tentar mudar o cenário das reivindicações: saindo das ruas para o gabinete ou para as urnas. Aliás, nada mais natural em um ano eleitoral em que a grande preocupação da maioria dos partidos políticos é garantir eleição ou reeleição. Devemos seguir na contramão dessa proposta. Para a diretoria da Adufs, o Andes-SN e para a nossa Central (CSP Conlutas), precisamos acompanhar e participar das reivindicações nas ruas, articuladas com as pautas internas - que neste momento giram em torno do orçamento das Ueba- e, na medida do possível, unificar a luta junto com setores que, a despeito das divergências programáticas, assumam as lutas na conjuntura com a radicalidade necessária.

*Exageros e abusos vêm ocorrendo mesmo, e há muito, é por parte do Estado, diuturnamente. Basta analisar os dados da violência policial em nosso país nos últimos anos: detenções ilegais, execuções extrajudiciais, genocídio da população negra e indígena, bem como a repressão violenta aos protestos que têm se multiplicado nas ocupações rurais e urbanas, favelas e periferias*

# Falta de recursos ameaça atividades acadêmicas nas Ueba

## Redução de verbas é mantida na LOA de 2014



Governo foi categórico em dizer que não há mais verbas para as universidades.

Recusando-se a negociar com reitores e Movimento Docente a mudança no projeto da Lei Orçamentária Anual, o governo manteve a proposta e a Assembleia Legislativa aprovou um orçamento que reduz as verbas das Ueba para 2014. Com isso, há possibilidade real de que as atividades acadêmicas fiquem comprometidas e a crise orçamentária assuma dimensão que inviabilize o funcionamento das Ueba ainda neste ano.

De maneira inédita, o governo petista e sua base aliada impuseram, ainda que pela força da lei, uma situação até então desconhecida: ao invés de aumentarem os recursos, eles os diminuíram! Assim, as Ueba receberão para investimento e custeio, este ano, menos recursos que o ano passado. Desde que tomou conhecimento do famigerado Projeto de Lei, em setembro do ano passado, o Fórum das ADs denunciou a situação e tentou pressionar o governo a retroceder no

os reitores também foi entregue na Secretaria da Educação (SEC), reivindicando o mesmo percentual. Entretanto, todas as tentativas de pressionar e cobrar do governo mais recursos foram vãs: definitivamente, não há nenhuma prioridade para a Educação Superior pública. Agora, diante do fato consumado, cabe à comunidade continuar a luta de modo que a prometida suplementação orçamentária ocorra. Caso contrário, a crise poderá assumir uma dimensão em que o funcionamento das Ueba necessite ser suspenso por inanição financeira. Nessa condição, obras de reforma ou construção serão interrompidas.

Entretanto, o problema vai se expressar de modo mais grave no cotidiano da vida acadêmica: a aquisição de material e equipamentos para as atividades pedagógicas e de pesquisa e extensão, a participação de docentes e discentes em eventos, o pagamento dos terceirizados e forne-

cedores, incluindo as despesas com o bandeirão, ficarão comprometidos.

No caso da Uefs, a reitoria já solicitou ao governo, preventivamente, uma suplementação no valor de R\$ 18,5 milhões, mas a resposta, até agora, foi negativa. Mais da metade desses recursos seriam destinados à execução de obras de ampliação do restaurante universitário e construção de mais um pavilhão de aulas. O restante ficaria para projetos e manutenção das atividades finalísticas (ensino, pesquisa e extensão). Segundo a pró-reitoria da Administração e Finanças (Proad), o cenário é sombrio, pois não haverá sequer a possibilidade de remanejamento, como ocorreu nos últimos anos. A grande probabilidade é mesmo a inadimplência e a suspensão do que já está previsto pelo Orçamento Participativo da Uefs.

Para a diretoria da Adufs, a perspectiva é de continuidade da luta. Nas assembléias realizadas no final do ano passado, nas quatro Ueba, a deliberação foi de manter na ordem do dia a avaliação do indicativo de greve como resposta ao agravamento da situação. Dessa forma, docentes, estudantes e técnico-administrativos precisam continuar alertas e mobilizados, pois, à medida que os efeitos da crise forem se concretizando, novas ações precisarão ser encaminhadas de imediato.

A reivindicação de 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI) é uma bandeira que, doravante, estará permanentemente colocada na pauta. É inaceitável o discurso do governo de que é inviável destinar mais do que os atuais 5% da RLI para as Universidades Estaduais. A consolidação e a expansão da Educação Superior dependem desse aporte financeiro. Caso contrário, as Ueba estarão fadadas à estagnação, o que significará não apenas continuarem na penúria, mas submetê-las a um processo de degradação cada vez maior.

cedores, incluindo as despesas com o bandeirão, ficarão comprometidos.

No caso da Uefs, a reitoria já solicitou ao governo, preventivamente, uma suplementação no valor de R\$ 18,5 milhões, mas a resposta, até agora, foi negativa. Mais da metade desses recursos seriam destinados à execução de obras de ampliação do restaurante universitário e construção de mais um pavilhão de aulas. O restante ficaria para projetos e manutenção das atividades finalísticas (ensino, pesquisa e extensão). Segundo a pró-reitoria da Administração e Finanças (Proad), o cenário é sombrio, pois não haverá sequer a possibilidade de remanejamento, como ocorreu nos últimos anos. A grande probabilidade é mesmo a inadimplência e a suspensão do que já está previsto pelo Orçamento Participativo da Uefs.

Para a diretoria da Adufs, a perspectiva é de continuidade da luta. Nas assembléias realizadas no final do ano passado, nas quatro Ueba, a deliberação foi de manter na ordem do dia a avaliação do indicativo de greve como resposta ao agravamento da situação. Dessa forma, docentes, estudantes e técnico-administrativos precisam continuar alertas e mobilizados, pois, à medida que os efeitos da crise forem se concretizando, novas ações precisarão ser encaminhadas de imediato.

A reivindicação de 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI) é uma bandeira que, doravante, estará permanentemente colocada na pauta. É inaceitável o discurso do governo de que é inviável destinar mais do que os atuais 5% da RLI para as Universidades Estaduais. A consolidação e a expansão da Educação Superior dependem desse aporte financeiro. Caso contrário, as Ueba estarão fadadas à estagnação, o que significará não apenas continuarem na penúria, mas submetê-las a um processo de degradação cada vez maior.

## Governo diz não ter dinheiro para ampliar o quadro de vagas

Outro problema grave enfrentado pelas Universidades Estaduais diz respeito ao quadro de vagas e a realização de concursos e seleções públicas. Desde maio do ano passado, após muita pressão do Movimento Docente e cobrança dos reitores, a Secretaria da Educação (SEC), através do coordenador da Coordenação para o Desenvolvimento da Educação Superior (Codes), assumiu o compromisso de providenciar a minuta de Projeto de Lei (PL) para ser enviada à Assembleia Legislativa (Alba), revogando os artigos das leis 7176/97 e 1123/10, que vinculam, em seus anexos, as vagas às classes para efeito de promoção na carreira docente, como prevê o Estatuto do Magistério Superior.

Depois de muitas idas e vindas, o governo diz que vai acatar somente a desvinculação das vagas às classes e se nega a ampliar o quadro de vagas. Embora essa medida atenda, de imediato, o problema da fila das promoções, não resolve a questão da ampliação do quadro de vagas, pois a necessidade é muito maior.

Apenas na reunião realizada no dia 13 de março, a Codes apresentou o texto da minuta do PL da desvinculação. Considerado ambíguo e confuso

pelos reitores e pelo Movimento Docente, o documento foi refeito e deverá ser encaminhado à Secretaria da Administração (SaeB), para depois tramitar na Casa Civil e na Procuradoria Geral do Estado, até chegar à Assembleia Legislativa. Isso quer dizer que, se a pressão não for mantida, a tramitação poderá durar meses. Dessa forma, tanto os reitores como as ADs estarão empenhados em acompanhá-lo de perto.

Em se tratando da ampliação do quadro de vagas, o governo mostra-se inflexível sob o argumento de que não há previsão orçamentária para novos concursos. A "solução" que apresenta é a realização de seleções para professor substituto e, mesmo assim, se cada Ueba assumir o recurso necessário para o pagamento dos salários e encargos sociais.

Acontece que, como já divulgado amplamente, o próprio governo se encarregou de diminuir o orçamento das universidades, levando-as a sobreviverem no limite da míngua. De onde, então, os reitores remanejarão esse recurso? Aliás, os próprios gestores foram enfáticos em dizer que, no momento, tal "solução" é impraticável.

Para as ADs, a proposta do governo é inaceitável

por motivos que envolvem desde as questões de ordem pedagógica, até a situação de precarização das relações de trabalho. As seleções estão previstas no Estatuto para a substituição temporária, e em alguns casos específicos, de docentes efetivos. Desta forma, não pode se tornar uma "política oficial". Adotada essa prática, os professores terão de enfrentar uma sobrecarga de trabalho e/ou os estudantes ficarão sem as aulas a que têm direito.

Para a diretoria da Adufs, a categoria deve rejeitar essa "solução" e, mobilizada, denunciar o agravamento da precarização das condições de trabalho e a política de sucateamento do governo Wagner para a Educação Superior.

A centralidade da luta nas universidades estaduais baianas, no momento, está na questão orçamentária, passando pela autonomia de gestão financeira. Ao descompromisso do governo estadual para com a Educação Superior pública de qualidade e socialmente referenciada, é preciso que o Movimento Docente responda com a luta. Reivindicamos, pelo menos, 7% da RLI e revogação da lei 7176/97 já!

# Andes-SN tem sua Comissão da Verdade



Comissão da Verdade apresentou o relatório dos trabalhos durante o 33º Congresso do Andes-SN

A Comissão da Verdade do Andes-SN, criada no 32º Congresso, em março do ano passado, no Rio de Janeiro, fará uma reunião ampliada no dia 27 de março, em Brasília, com diversas seções sindicais e movimentos sociais com o objetivo de trocar informações, garantir a centralidade política da luta e preparar o seminário nacional. Também será realizado um levantamento das situações ocorridas nas universidades durante a ditadura empresarial-militar instalada no Brasil a partir do Golpe de 64, resgatando informações sobre casos de torturas, desaparecimentos e assassinatos. Um questionário foi enviado às seções sindicais para subsidiar o trabalho da equipe, que também conta com o apoio de Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHD). "Os responsáveis pelas torturas devem ser punidos. Ações como essa já vêm sendo adotadas em países como a Argentina", disse Márcio Oliveira, membro da Comissão e diretor do Andes-SN.

## FEIRA DE SANTANA

A Adufs vem acompanhando os trabalhos da Subcomissão da Verdade em Feira de Santana. No dia 18 de março aconteceu a segunda audiência pública com depoimentos de quatro pessoas que foram vítimas ou tiveram familiares que sofreram com a ditadura militar. Das mais de 50 listadas, foram ouvidas 12. O objetivo é apurar graves violações de Direitos Humanos e resgatar a verdade histórica dos fatos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Os depoimentos irão compor um relatório a ser enviado às comissões estadual e nacional, formando assim um memorial que será disponibilizado à sociedade.

A subcomissão municipal é formada por representante dos anistiados, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Movimento de Organização Comunitária (MOC), Igreja Católica, Conselho de Igrejas Evangélicas e Uefs. Esta última representada pelo professor Eurelino Coelho, para quem "é preciso recuperar fatos que aconteceram na história do Brasil e que não devem permanecer no silêncio".

## POESIA

### QUERÊNCIA

Franzé  
(Professor do DCBIO/Uefs)

Eu quero  
Um lápis torto  
Um PC verante  
Um artigo zador  
Uma lousa ousada  
Um pincel atônito  
Um guarda-pó(esia)  
Um impresso confesso  
Uma impressora a lazer  
Uma borracha que risca  
Uma retroprojeter de retinas  
Uma internet.com prometida  
Um simples paper feito à mão  
Um data show que must go on!!!!  
Um baita microscópio com vista pro mar  
Um cientista sábio, risonho e Abrangente boa  
Uma CAPEStupenda (quicá um CNPquerido)  
Um apanhador no Campus de Centeio!!  
Uma dissertação que não se diz certa  
Uma universidade paralela ou sideral  
Um novo jeito de pesquisAr te  
Um investiga dor do próximo  
Um Coleoptera de Liverpool  
Um laborató rio caudaloso  
Uma estatística paranormal  
Um computador mente  
Um discente descrente  
Uma extensa extensão  
Uma escrita que grita  
Um docente decente  
Um Lattes temunho  
Um Qualis, Ah não!  
Um professor tudo!  
Um educadorável  
Um sindicartista  
Uma eco lógica  
Uma (po)Ética  
Uma alga zarra  
Uma π raça  
Eu quero

## DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA ADUFS JANEIRO 2014

	R\$
<b>INGRESSOS</b>	<b>57.184,17</b>
RECEITAS	<b>57.184,17</b>
Contribuições dos(as) associados(as)	<b>52.056,98</b>
Rendimento da Aplicação Financeira (Fundo de Mobilização)	<b>3.127,19</b>
Outras Receitas (Rateio/Fórum das ADs)	<b>2.000,00</b>
<b>SAIDAS</b>	<b>38.616,99</b>
PESSOAL	<b>10.192,96</b>
Salários (secretárias/jornalista)	<b>5.071,89</b>
Férias	<b>3.917,59</b>
Vale Transporte	<b>270,36</b>
Plano de Saúde	<b>121,12</b>
Bolsa estágio(comunicação)	<b>812,00</b>
ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	<b>2.786,04</b>
Contribuição INSS	<b>2.048,29</b>
Contribuição FGTS	<b>642,60</b>
PIS	<b>61,59</b>
IRRF s/ Aplic. Financeira	<b>33,56</b>
SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	<b>250,00</b>
Manutenção de Informatica	<b>180,00</b>
Limpeza da sede	<b>70,00</b>
SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	<b>6.904,49</b>
Serviços gráficos (outdoor/calendário 2014)	<b>1.480,00</b>
Manutenção da Home Page	<b>112,00</b>
Assessoria Jurídica	<b>1.871,15</b>
Assessoria Contábil	<b>698,00</b>
Campanha de Mídia	<b>1.890,00</b>
DIEESE	<b>503,34</b>
Aluguel /condominio - sala arquivo	<b>350,00</b>
ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ADs - RATEIO	<b>8.903,74</b>
Pagamento à ADUNEB	<b>8.903,74</b>
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	<b>4.144,00</b>
Andes Sindicato Nacional	<b>3.340,00</b>
Andes SN (Fundo Único)	<b>344,00</b>
CSP - Conlutas (nacional)	<b>460,00</b>
PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	<b>1.467,80</b>
Passagens aéreas/terrestres (ônibus/táxi/combustível)	<b>1.467,80</b>
OUTROS GASTOS	<b>3.574,85</b>
Telefone (fixo e móvel)	<b>192,92</b>
Material de Expediente/Limpeza	<b>511,60</b>
Refeições e lanches	<b>1.160,70</b>
Eventos *	<b>1.439,00</b>
Depreciação	<b>270,63</b>
ENCARGOS FINANCEIROS	<b>393,11</b>
Despesas Bancárias (juros e multa)	<b>393,11</b>

## QUADRO RESUMO

<b>Saldo anterior</b>	
RECEITAS	<b>57.184,17</b>
DESPESAS	<b>38.616,99</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>18.567,18</b>
C/C Bradesco	<b>18.548,57</b>
C/C Bradesco (aplicação financeira/fundo de mobilização)	<b>387.056,80</b>
Sobra do suprimento	<b>168,19</b>
Empréstimos aos associados greves de 2005/2007/2011	<b>10.561,01</b>
Adiantamento à funcionária	<b>2.360,00</b>
<b>Saldo atual disponível</b>	<b>418.694,57</b>

\* EVENTOS= Quinta- Encontros R\$ 575,00; Lavagem Bonfim R\$ 864,00

### Adufs

Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira Santana

Jucineide Correia de Jesus C.R.C : 18478/0-0

# 50 anos do Golpe Militar

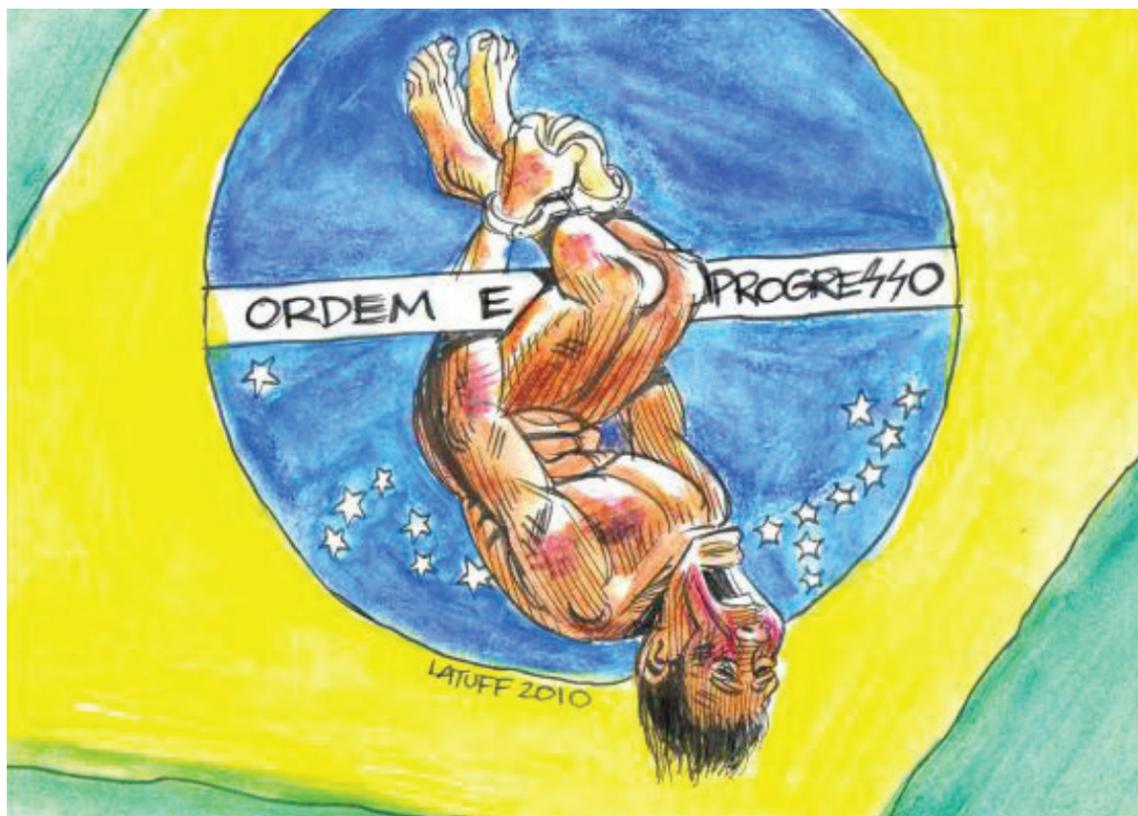
No momento em que o governo petista reedita ações e medidas repressivas contra os movimentos sociais e no mês em que se completam 50 anos da implantação da ditadura militar no Brasil, o artigo **O golpe de 1964 como uma ação de classe**, do professor Demian Bezerra de Melo (Ufrj), trás elementos importantes para uma reflexão sobre os regimes de governo adotados pela classe dominante, a depender da conjuntura e da dinâmica do capitalismo. Segue abaixo sua síntese.

A primeira parte do documentário de Patricio Guzman, A batalha no Chile, cujo tema é o golpe contra Salvador Allende, é denominada de “A insurreição da burguesia”. Como o próprio subtítulo indica, seu autor atribuiu àquele 11 de setembro de 1973 não simplesmente o sentido de uma intervenção militar contra um governo constitucional de esquerda; nem simplesmente o de uma intervenção de “civis” e militares interrompendo um regime democrático; mas, o de uma ação das classes dominantes chilenas articuladas ao imperialismo estadunidense.

Quase uma década antes, o golpe de 1964 no Brasil foi entendido por uma série de críticos numa chave muito próxima à de Guzman, embora por aqui o projeto vencedor não tenha sido o neoliberal como no Chile, de que também consistiu em um movimento das classes dominantes lideradas pelas Forças Armadas e apoiadas pelo imperialismo estadunidense. Não obstante a natureza militar da operação golpista e da ditadura que se seguiu, a reflexão crítica sempre procurou compreender esse processo como parte da dinâmica mais geral do capitalismo brasileiro, buscando estabelecer a relação entre o “big business”, os núcleos do poder e a política daquele regime.

Em seu influente ensaio Crítica à razão dualista (1972), escrito no contexto do chamado “Milagre Brasileiro”, Francisco de Oliveira também discutiu as condições sob as quais o regime ditatorial, ao contrário de estagnar a economia, foi eficiente em acelerar a acumulação capitalista no Brasil, aceleração essa que se tornou possível graças às condições de uma super-exploração da classe trabalhadora estabelecida pelo regime ditatorial. De acordo com o autor, a brutal concentração de riqueza e a repressão salarial – facilitada pela desarticulação da vida sindical – teriam criado as condições para a retomada do ciclo econômico, com a recuperação das taxas de lucro.

Não é por acaso que o auge da repressão tenha sido justamente no período do “milagre”, como, a propósito, também apontaram Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Autores que partiam de registros teóricos distintos também enfatizariam a forte imbricação da ditadura militar brasileira com a dinâmica do capitalismo, como, por exemplo, Guillermo O’Donnell em seu conceito de “Estado Burocrático Autoritário”. Com o trabalho do cientista político uruguaio René Dreifuss, 1964, a conquista do Estado (1981), o esclarecimento sobre a ação das classes dominantes naquele período-chave da história brasileira ganhou maiores contornos. A partir de extensa documentação, Dreifuss estudou a fundo duas entidades centrais no processo político que



conduziu ao golpe de 1964 – o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) –, buscando entender aquela “insurreição da burguesia” como resultado da ação organizada do setor mais internacionalizado do empresariado brasileiro.

## O “BIG BUSINESS” DA DITADURA

Um grande negócio para o grande capital, é como se pode sintetizar a ditadura de 1964 a partir de sua história. Em primeiro lugar, uma das resultantes daquele processo de aceleração da acumulação capitalista foi, além de uma expansão da fração do capital ligada à indústria de bens duráveis, o fortalecimento de outras frações das classes dominantes nacionais. O auge da repressão no período do “Milagre Brasileiro”, a política permanente de arrocho salarial, garantindo lucros faraônicos ao grande capital e certa euforia do consumo entre setores consideráveis das classes médias, são certamente elementos que compuseram a relação de forças sociais estabelecida pelo regime.

Com a crise estrutural do capitalismo nos anos setenta, se exauriu uma das principais fontes de financiamento daquele “modelo” – o endividamento externo –, justamente no contexto em que era necessário um novo pacote de investimentos para que aquelas taxas de crescimento pudessem ser mantidas. Somadas a outros fatores, as contradições sociais do “modelo” explodiriam no fim da década de 1970, quando das memoráveis greves operá-

rias do ABC paulista. Aquela atmosfera conflituosa seria marcada pelo apelo do empresariado paulista aos aparelhos de repressão do Estado para coibir o protesto operário no mesmo momento em que o regime falava de abertura.

Não era propriamente o projeto de abertura, mas o II Plano Nacional de Desenvolvimento do general Ernesto Geisel (que privilegiou o setor de bens de capital em detrimento do de bens duráveis), que criou atritos entre frações do capital e o governo. Mas tão logo o protesto operário saltou ao centro da cena política, o capricho foi posto de lado. Seja convocando a repressão direta do aparato policial; seja pela utilização dos instrumentos da estrutura sindical corporativista disponíveis, como a cassação das lideranças sindicais, intervenção em sindicatos etc., para desmantelar a greve, os fortes compromissos do regime com o capital em seu conjunto explicitaram-se mais uma vez.

Buscando apreender criticamente esse processo, trabalhos como o de Dreifuss começariam a propor uma formulação conceitual tanto para o golpe quanto para a ditadura a partir do adjetivo “civil-militar”, tendo “civil” aí um sentido claramente classista. Entendendo esses civis, como vimos, como parte de uma elite organicamente ligada aos interesses do capital multinacional e associado, o cientista político uruguaio nos ensina algo de fundamental sobre aqueles “civis” que fizeram parte do IPES.

## O REVISIONISMO HISTÓRICO SOBRE O GOLPE DE 1964 E A DITADURA

Foi nos anos 1990 que ganharam força no Brasil visões relativizadoras do golpe e da ditadura. A primeira operação realizada por essa “nova” literatura foi a de deslocar a explicação daquela ditadura da problemática do capitalismo. Sob o argumento falacioso segundo o qual conectar o processo político à dinâmica econômica seria o mesmo que “economismo”, uma leitura “politicista” veio propor como explicação para o golpe e a ditadura um suposto “déficit democrático” na sociedade brasileira, de acordo com o qual, nos idos dos anos sessenta, tanto a direita quanto a esquerda seriam igualmente “golpistas”.

A questão é que a crise econômica, combinada ao colapso das estruturas políticas, é justamente o que compõe a “crise orgânica”, conceito chave de um dos cadernos de Gramsci para caracterizar as condições sobre as quais se processaram as lutas políticas no início dos anos 1960 no Brasil. Ao contrário, como é possível apreender da leitura de 1964, a conquista do Estado, foi na luta concreta que essa fração do capital (através do IPES) tornou-se a mais dinâmica nas conspirações contra o governo Goulart, derrotou o bloco nacional-reformista aliado ao movimento popular e, por fim, conquistou o Estado.

Deslocando o capitalismo do centro da re-

flexão sobre o sentido da ditadura, a historiografia revisionista coloca em seu lugar um programa de pesquisas dedicado a investigar o “apoio” da “sociedade” ao “autoritarismo”, incorporando perspectiva muito próxima ao revisionismo sobre o Nazismo que, nos anos 1990, apareceu no livro do politólogo norte-americano Daniel Goldhagen, Os carrascos voluntários de Hitler: um ponto de vista semelhante parece estar presente nesses trabalhos interessados em apresentar o que seria a “opinião dos brasileiros sobre a ditadura” – algo evidentemente metafísico e mistificador.

Depois de explicar o golpe através da afirmação de que a esquerda também era “golpista” e “autoritária”, o que se passa a dizer agora é que também a “sociedade brasileira” foi cúmplice daquela ditadura. Nessa visão, a “sociedade” é tratada quase como se fosse uma pessoa, algo, aliás, presente no paradigma liberal – que a define como uma “soma de indivíduos” – e que engendra argumentos como os de que “não é possível vitimizar a sociedade”, ou de que, sendo pessoa, deveria “se colocar na frente do espelho”.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da ditadura precisa sempre ser reescrita a cada geração e a crítica a essas novas abordagens não pode ser confundida com uma simples defesa das abordagens clássicas,

ainda que estas devam ser valorizadas, em vez caricaturizadas. Como a própria forma como essa corrente revisionista vem utilizando a noção “civil-militar” tem se prestado a confirmar as mistificações aqui alegadas, talvez fosse melhor que nos habituássemos a utilizar outro termo, também proposto por Dreifuss, e que talvez capture com maior precisão a natureza daquele regime: ditadura empresarial-militar.

Nos trabalhos recentes da Comissão Nacional da Verdade o estudo sobre a participação de empresários no financiamento do aparelho de repressão, como no notório caso retratado no documentário Cidadão Boilesen (Chaim Litewisk, 2009), tem sido importante, pois descortina uma questão certamente incômoda. Até porque muitas das empresas que participaram daquele “empreendimento” estão em plena atividade e com posições muito bem estabelecidas. Todavia, as investigações da CNV ainda estão muito focadas na questão, certamente importante, das graves violações dos direitos humanos durante o período ditatorial, então não tem tratado propriamente de entender como aquele regime criou condições favoráveis ao enriquecimento e formação desses grandes grupos econômicos. É preciso ir além.

O texto pode ser encontrado na íntegra no endereço eletrônico <http://revistavjm.com.br/artigos/o-golpe-de-1964-como-uma-acao-de-classe/>.

## UEFS EM PAUTA

### Ciclo de Estudos

Será realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) um Ciclo de Estudos sobre os “Povos e comunidades tradicionais: Aspectos jurídicos, históricos e agrônomicos”. O objetivo do Ciclo de estudos, que vai até junho, é integrar alunos, profissionais e membros da comunidade na busca pela compreensão e valorização do conhecimento, das crenças e das práticas de povos indígenas, quilombolas, caiçaras e outros.

### Erbase 2014

A Sociedade Brasileira de Computação (SBC) promove a XIV Escola Regional Bahia Alagoas e Sergipe (Erbase 2014), de 20 a 23 de maio. O evento ocorre na Uefs com o objetivo de promover a disseminação de conhecimentos e experiências na área de computação, agregando as instituições de ensino superior dos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe.

### Curso Internacional de Antropologia Forense

No dia 26 de março, a Universidade Estadual de Feira de Santana sedia o Curso Internacional de Antropologia Forense, ministrado pela professora doutora Eugénia Cunha, catedrática da Universidade de Coimbra-Portugal, presidente da Sociedade Europeia de Antropologia Forense (Fase) e PhD em Ciências Antropológicas.



**Prof. Dra. EUGÉNIA CUNHA (UC-Pt)**  
Professora Catedrática da Universidade de Coimbra-Portugal.  
PhD em Ciências Antropológicas  
Coordenadora do Mestrado em Evolução e Biologia Humanas  
Consultora de Antropologia Forense do Instituto Nacional de Medicina Forense (Portugal)  
Presidente da Sociedade Europeia de Antropologia Forense (FASE)

Inscrições Comissão de Formação (ODONTO – UEFS/2010.1)  
Monitores – NIEPFON

ou pelo Site: [www.jmlegal.com.br](http://www.jmlegal.com.br)

E-mail: [niepfon@hotmail.com](mailto:niepfon@hotmail.com) Tel. (75) 8108 0343  
[odontolegalbahia@hotmail.com](mailto:odontolegalbahia@hotmail.com)



### Palestra sobre Oportunidade de estudos na Alemanha

Acontece no dia 26 de março, às 9h30, no auditório V, módulo VII da Uefs, a palestra “Oportunidades de Estudos na Alemanha”, do Programa Ciência sem Fronteiras. O evento é fruto da parceria entre a universidade e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD).

### 5º Workshop de Quimiometria

Diversos minicursos e conferências serão realizados de 9 a 11 de abril, no 5º Workshop de Quimiometria, promovido pelo Grupo de Pesquisa em Química e Quimiometria (GRPQQ), voltado para estudantes de graduação, pós-graduação, docentes e profissionais da área.

### Seminário de Genealogias do Escândalo Político no Brasil

Os 30 anos da democracia brasileira e a corrupção política serão temas do I Seminário de Genealogias do Escândalo Político no Brasil Democrático, que ocorre no dia 29 de abril, na Universidade Estadual de Feira de Santana.

### I Seminário GETAM E NUPAT

No sentido de estimular o desenvolvimento de pesquisas científicas em diversos campos do saber, o grupo de Pesquisa Espaço Turismo e Ambiente (GETAM) e o Núcleo de Pesquisas e Análises sobre o Território (NUPAT) promovem o 1º Seminário, com o tema: Do Litoral ao Sertão: Cenários e Perspectivas Geográficas. O evento será realizado a partir das 8h30, nos dias 13 e 14 de maio, no auditório V, módulo VII da Uefs.

### Semana Nacional de Museus

Tornar os Museus brasileiros mais conhecidos é o objetivo da 12ª Semana Nacional de Museus, evento anual de caráter nacional lançado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). O Museu do Observatório Antares, localizado na Rua da Barra, 925, Jardim Cruzeiro, participa do evento com exposições nos dias 13, 14 e 15 de maio.

### 7º Festival de Sanfoneiros

Estão abertas as inscrições para o 7º Festival de Sanfoneiros. O evento organizado pelo Centro Universitário de Cultura e Arte (Cuca) valoriza e incentiva a cultura nordestina, premiando sanfoneiros de todo o país. A grande final acontece no dia 22 de maio.



### Seminário Dia do Geógrafo

Com a finalidade de promover um debate sobre a atuação do profissional de geografia na área de licenciatura e bacharelado, será realizado no dia 29 de maio, das 8h30 às 17h30, no auditório V, módulo VII da Uefs, o Seminário Dia do Geógrafo. O evento é promovido pelo Grupo de Pesquisa em Espaço, Turismo e Ambiente, juntamente com o Colegiado de Geografia.

## 33º Congresso aprova Plano de Lutas para 2014

Representantes de seções sindicais de todo o país, num total de 450, participaram do 33º Congresso do Andes-SN, onde deliberaram os planos de lutas 2014 para os três setores do Sindicato Nacional – Federal (Ifes), Estadual/Municipal (lees/Imes) e Particular (Ipes) -, e aprovaram a construção do Encontro Nacional da Educação, previsto para agosto. O evento aconteceu entre 10 e 15 de fevereiro, em São Luís (MA). A Adufs foi representada por Ana Jaqueline Carneiro, Edson do Espírito Santo, Elson Moura, Emanuel Oguri, Gracinete Bastos, Jucelmo Dantas e Maslowa Freitas, como delegados, e Eurelino Coelho, Larissa Penelu e Rosevaldo Ferreira, como suplentes.

Dentre os encaminhamentos estão a divulgação da Carta de São Luís, documento síntese do 33º Congresso; realização do Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as lees/Imes, previsto para 28 de maio; Dia Nacional de Paralisação dos docentes das Ifes, em 19 de março; apresentação da chapa única concorrente às eleições para o biênio 2014-2016, nos dias 13 e 14 de maio; articulação com os movimentos classistas populares e sindicais para a construção de uma agenda de lutas e ações que evidencie 2014 como o ano da educação; mais a realização de Encontro Nacional sobre Ditadura Militar e a Universidade Brasileira.



A Adufs foi representada por sete delegados e três suplentes

## Regional Nordeste III realiza 47º Encontro

A Secretaria Regional Nordeste III do Andes-SN promoverá o 47º Encontro, dias 28 e 29 de março, na Uesc, em Ilhéus, com o tema *Universidade e Movimentos Sociais*. Estão previstas as mesas sobre *Avaliação Docente e Avaliação Institucional*, que terá como palestrante o professor Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ufrj), e *Formação Política -sindical*, com Sofia Manzano, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). A presidente do Andes-SN, Marinalva Oliveira, também marcará presença nas discussões. A Adufs estará presente no evento, contribuindo com os debates.

## Comissão da Verdade ampliará relações com outros setores

Diversas ações foram encaminhadas para fortalecer o trabalho realizado pela Comissão da Verdade do Andes-SN. Dentre elas, a atribuição dada às seções sindicais de fazer, até junho, um levantamento, juntamente com outras Comissões da Verdade, sobre ações da ditadura. Encontros preparatórios para a discussão do tema devem acontecer até o segundo semestre deste ano, quando o Sindicato pretende fazer um seminário nacional.

Em função do meio século do golpe civil-militar, completado este ano, foi deliberado no 33º Congresso do Andes-SN, realizado no mês de fevereiro, em São Luís (MA), que cada seção sindical irá participar dos atos de repúdio à ditadura. O Movimento Docente reivindica a revisão da Lei da Anistia e punição dos responsáveis por torturas e mortes durante a ditadura militar.

## Docentes das federais protocolam pauta junto ao MEC

A pauta de reivindicações dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior foi protocolada no Ministério da Educação, no gabinete da ministra do Planejamento e na Secretaria de Relações de Trabalho (SRT/Mpog). A ação faz parte do calendário de mobilização do plano de lutas do Setor das Ifes para 2014, aprovado no 33º Congresso. Na ocasião, os docentes reafirmaram a pauta de 2013, destacando as condições de trabalho, reestruturação da carreira docente, valorização salarial de ativos e aposentados e respeito à autonomia universitária.

## MML prepara agenda de mobilização

Mulheres de diversos estados do Brasil foram às ruas, no dia 8 de março, protestar contra o machismo e a violência. Entre as principais pautas do Movimento Mulheres em Luta (MML) estão as críticas aos gastos com a Copa do Mundo; mais recursos para o atendimento especializado à saúde da mulher; 10% da PIB para a saúde pública; creches públicas, estatais e gratuitas; luta contra a exploração das mulheres; mais investimento público para as moradias populares; salário igual para trabalho igual; apoio às ocupações sem teto e fim do PL 4330, das terceirizações.



Manifestantes foram às ruas denunciar a violência contra a mulher

## 1º Encontro Nacional de Negros e Negras

Entre os dias 21 e 23 de março ocorreu o 1º Encontro de Negras e Negros, no Sindicato dos Metroviários, em São Paulo. O debate, cujo o tema foi *Chega de racismo, violência, exploração e dinheiro para a Copa*, teve o objetivo de fortalecer o setorial de negros da Central, para que os ataques realizados pelo governo à classe trabalhadora e ao povo negro possam ser respondidos.

## Encontro do Espaço Unidade de Ação acontece neste mês

A CSP-Conlutas, junto com a CUT Pode Mais, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) e o setor majoritário da Condsef, realizaram o Encontro Nacional do Espaço Unidade de Ação, no último dia 22 de março, em São Paulo. O objetivo foi avançar na construção da unidade para fortalecer as lutas que estão em curso e as que virão, bem como buscar a unificação dos calendários e bandeiras e realizar grandes manifestações durante o período da Copa do Mundo.

## Campanha Contra a Criminalização das Lutas avança pelo país

Em resposta ao aumento da violência e repressão às lutas que movimentaram o ano de 2013, a Central e diversas outras entidades organizaram uma campanha contra a criminalização dos movimentos sociais, lançada em dezembro do ano passado, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Também aderiram a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão de Justiça e Paz, Comissão da Verdade e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo, entidades sindicais, movimentos sociais e estudantil e movimentos de luta contra as opressões. Algumas iniciativas já começaram a ser encaminhadas no ano passado e prosseguem neste ano, entre elas, a busca pela ampliação da participação de entidades para que seja criada uma frente nacional; a preparação de um dossiê que contenha os casos de repressão ocorridos no último período; e a preparação de um seminário nacional para aprofundar o assunto.



Campanha lançada em dezembro prevê a realização de Seminário Nacional